

DEFICIÊNCIA AUDITIVA E SURDEZ: INCLUSÃO DO ALUNO SURDO E A IMPORTÂNCIA DO INTÉRPRETE DE LIBRAS

Antonia Laysla Lima do Nascimento¹

Antônio Vilton Martins Bezerra²

Lara Paulino Cazé³

Luzineide Moreira Martins⁴

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo apresentar não só as questões referentes aos limites e possibilidades do aluno com surdez, mas também os preconceitos existentes para com eles. As pessoas com surdez enfrentam inúmeras dificuldades ao participar da educação escolar, não só pela perda de audição, mas também pela forma como se estruturam as propostas educacionais das escolas. Para que o aluno possa ter um bom desenvolvimento em sua aprendizagem, se faz necessário estímulos adequados ao seu potencial cognitivo, linguístico, sócio afetivo e político cultural. No entanto existem posições contrárias à inclusão desses alunos nas turmas comuns pela falta de compreensão das formas de representação da surdez como incapacidade e por ainda termos propostas pedagógicas ainda tradicionais que não consideram a diversidade linguística. Vale ressaltar que para que aconteça o desenvolvimento na aprendizagem, se faz necessário também o apoio familiar promovendo o acesso do aluno com deficiência no ensino regular, para que possa adquirir sua autonomia, criatividade, espírito crítico e exercer a sua cidadania. Diante disso, se faz necessário uma reflexão de como está acontecendo o processo da inclusão, perceber os novos caminhos para a vida dos alunos surdos em coletividade dentro e fora da escola, bem como indagar qual modelo de currículo pedagógico precisa ser criado para atender as diferenças e necessidades do aluno para que se possa ter verdadeiramente uma educação inclusiva.

Palavras-chave: Inclusão, Deficiência auditiva, Currículo, Educação.

INTRODUÇÃO

Educação Especial é uma área relativamente nova e só passou a integrar a organização das Secretarias de Estado da Educação como parte da estrutura e funcionamento dos sistemas de ensino na década de 1960. As mudanças nas formas de organização da vida produtiva e material determinam as transformações na constituição do alunado da Educação Especial, ao longo da história.

¹ Graduada do Curso da Universidade Estadual do Ceará - CE, lays-lima@hotmail.com;

² Graduado do Curso do Instituto Federal de Educação, ciência e Tecnologia do Ceará- IFCE - CE, vilton5.vm@gmail.com

³ Graduada do Curso da Universidade Estadual do Ceará - CE, larapaulinocaze@gmail.com;

⁴ Graduada do Curso da Universidade Estadual do Ceará - CE, luzineide711@gmail.com.

No séc. XVIII, o atendimento era apenas às pessoas com deficiências sensoriais como a surdez e a cegueira. Com as mudanças históricas relacionadas à educação especial, atualmente amplia-se seu propósito de atuação, incorporando a ampla gama de alunos com necessidades educacionais especiais e que, não necessariamente, apresentam alguma deficiência, como é o caso dos superdotados.

O aluno está condicionado às complexas relações de poder imersas nos movimentos sociais concretos e não à mera relação do meio social com a representação da deficiência. Atualmente muitas práticas ainda têm suas raízes fundadas nas primeiras percepções da sociedade em relação a esse grupo de pessoas, fortalecendo mitos e estereótipos acerca de suas limitações e possibilidades.

Essa modalidade de ensino tem como objetivo a promoção do desenvolvimento das habilidades de pessoas com deficiência, com abrangência em todos os níveis de ensino, a fim de tornar possível a exploração das potencialidades dos mesmos em qualquer nível de escolaridade. Atualmente é uma garantia de direitos estabelecida por lei através da Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB 9394/96, o que de fato, caracteriza um avanço na educação brasileira no que se diz respeito às políticas públicas voltadas para pessoa com deficiência.

A educação inclusiva deve ser entendida como um processo educativo, cujo principal objetivo não é separar as pessoas com deficiência em salas de aula exclusivas e sim socializar os mesmos dentro de um sistema educacional minimamente igualitário e sem preconceitos, proporcionando o convívio entre os alunos com ou sem deficiência.

Segundo SALLES (2004, p.12):

“Os processos para as crianças surdas são produzidos dentro de uma subclasse de educação chamada ‘especial’. No caso da educação especial, significa algo adicional ao comum; na verdade é uma subdivisão ou uma porção que daí se limita. Pressuposições são feitas a partir de ‘capacidade de absorção’ de tais crianças marcadas, a respeito das possíveis limitações de seus potenciais cognitivos, ao invés de questionar se ‘canais de absorção’ alternativos poderiam ser-lhes disponíveis. Ironicamente, todos os esforços de instrução e reabilitação focalizam-se, muitas vezes exclusivamente, do canal ‘perdido’ que falta como a única característica ao redor da qual todo o ensino deveria girar. Esta retração irônica pela educação especial produz um mundo limitado de aprendizado de interação social. Embora esta obsessão por ouvir possa ser traçada, a combinação da fala com a linguagem, o resultado imediato é uma opressão direta das crianças surdas e uma negação das identidades sociais que lhes podem estar disponíveis como adultos surdos”.

Na discussão sobre a educação dos surdos, o presente estudo irá apresentar os desafios a serem superados no sistema educacional pelos mesmos, a importância de uma adequação curricular, do intérprete de libras, bem como procurar entender como acontece o processo de inclusão dos alunos com deficiência auditiva.

METODOLOGIA

Para o desenvolvimento do trabalho, optou-se por a utilização da ferramenta metodológica denominada pesquisa documental uma vez que os casos concretos a ser analisados estão dispostos em vasta bibliografia, mesmo que ainda incipiente, problematizando as aproximações, separações e reaproximações desses conceitos nos processos fundamentais, bem como acervos dos recentes trabalhos sobre a aplicabilidade do tema.

A pesquisa é entendida, deste modo, como um processo no qual o pesquisador tem uma atitude e uma prática teórica de constante busca que define um processo intrinsecamente inacabado e permanente, pois realiza uma atividade de aproximações sucessivas da realidade, sendo que esta apresenta uma carga histórica e reflete posições frente à realidade (MINAYO, 2001 citado por LIMA; 2012)

Através de uma minuciosa análise bibliográfica sobre a temática, pretendemos apresentar parâmetros que sirvam para o melhor entendimento da situação dos alunos surdos-mudos dentro do sistema educacional regular inclusivo para que se possa repensar nas ações pedagógicas estabelecidas dentro desta temática.

No que se refere às investigações propostas por este artigo, pretendemos através de uma minuciosa análise direcionada sobre bibliografia específica, elucidar parâmetros que sirvam para o melhor entendimento da situação dos alunos surdos-mudos dentro do sistema educacional regular inclusivo. Estas proposições se colocam como termos chave para encaminhar o diálogo constante dentro da necessidade que esta temática detém.

DESENVOLVIMENTO

As dificuldades de aprendizagem acontecem com frequência no cotidiano da vida escolar do aluno com deficiência, desde as mais simples que podem ser solucionadas no processo do trabalho pedagógico, até as mais complexas que necessitam de recursos especiais

para a solução. Para atender a essas dificuldades, se faz necessário respostas educacionais adequadas para uma adaptação de currículo, onde o mesmo tenha as possibilidades educacionais de atuar frente as dificuldades de aprendizagem dos alunos.

Não pretendemos sugerir neste trabalho um novo currículo, mas adaptações para um currículo mais dinâmico, que possa ter alteração e ampliação para atender a todos os educandos de acordo com suas dificuldades. Ações docentes como: o que o aluno deve aprender; como e quando aprender; quais os métodos mais eficientes para o desenvolvimento da aprendizagem e como e quando avaliar, são ações fundamentais para que tenhamos respostas graduais e progressivas adaptações do currículo.

Outros aspectos precisam ser considerados para que os alunos com necessidades educacionais especiais possam ter resultados favoráveis, entre eles: recursos especializados quando for necessário; preparação e dedicação da equipe escolar e adequações no currículo (de conteúdo, objetivos, método, organização didática e avaliação).

Tendo em vista que a aprendizagem está diretamente vinculada ao currículo, por ser responsável por orientar, dentre outros, os diversos níveis de ensino e ações docentes, é imprescindível ter um olhar mais significativo para as adaptações do mesmo. O objetivo é a busca de soluções para as necessidades específicas dos alunos, focalizando nas suas capacidades e não somente nas suas deficiências e limitações. Desta forma, podemos ter alternativas possíveis para que os alunos com necessidades especiais não se sintam excluídos em um modelo de ensino que se propaga como incluso.

Neste contexto, nota-se que a atenção a diversidade das necessidades especiais é um avanço para o que se propõe a educação inclusiva. Esta característica baseada no princípio da individualização se torna necessária para melhor entender que tipo de educação é a mais adequada para cada caso, sendo que a deficiência auditiva requer cuidados específicos que incidem diretamente na forma como o processo de aprendizagem vai ser desenvolvido:

A atenção à diversidade está focalizada no direito de acesso à escola e visa à melhoria da qualidade de ensino e aprendizagem para todos, irrestritamente, bem como as perspectivas de desenvolvimento e socialização. A escola, nesse contexto, busca consolidar o respeito às diferenças, conquanto não elogie a desigualdade. As diferenças vistas não como obstáculos para o cumprimento da ação educativa, mas, podendo e devendo ser fatores de enriquecimento (Secretaria de Educação Especial, 2006).

É também com base nesse princípio que as características da educação inclusiva relativa à deficiência auditiva deve ter princípios específicos para as adaptações pedagógicas necessárias para o desenvolvimento educativo dos sujeitos. Mas apenas integrar os sujeitos portadores de necessidades especiais já se torna suficiente para que essas necessidades sejam sanadas? De acordo com SALLES (2004, P.12):

“Os processos para as crianças surdas são produzidos dentro de uma subclasse de educação chamada ‘especial’. No caso da educação especial, significa algo adicional ao comum; na verdade é uma subdivisão ou uma porção que daí se limita. Pressuposições são feitas a partir de ‘capacidade de absorção’ de tais crianças marcadas, a respeito das possíveis limitações de seus potenciais cognitivos, ao invés de questionar se ‘canais de absorção’ alternativos poderiam ser-lhes disponíveis. Ironicamente, todos os esforços de instrução e reabilitação focalizam-se, muitas vezes exclusivamente, do canal ‘perdido’ que falta como a única característica ao redor da qual todo o ensino deveria girar. Esta retração irônica pela educação especial produz um mundo limitado de aprendizado de interação social. Embora esta obsessão por ouvir possa ser traçada, a combinação da fala com a linguagem, o resultado imediato é uma opressão direta das crianças surdas e uma negação das identidades sociais que lhes podem estar disponíveis como adultos surdos”.

Ao se deparar com essa questão, vemos que o profissional da interpretação de Libras significa um avanço dentro das políticas educativas inclusivas, uma vez que este profissional representa a concretização de ações que são temporalmente a evolução de uma era de oralidade para o bilinguismo, quando ocorre uma maior naturalidade dos processos de aprendizagem (Dorziar, 2002).

Também vale ressaltar que a atuação deste profissional dentro dos espaços educativos representa a conquista de direitos que a comunidade surda vem requerendo, passando por períodos de exclusão e não atenção às necessidades pedagógicas específicas para esta deficiência (Skliar, 1998).

A libras é uma ferramenta fundamental para a interação dos surdos, e os intérpretes surgiram devido a necessidade da comunidade surda possuir um profissional que auxiliasse no processo de comunicação com as pessoas ouvintes. O mesmo pode atuar em diferentes contextos e sua atividade de interpretar/traduzir não deve ser entendida apenas como um processo linguístico, pois além da gramática das línguas, está presente os aspectos sociais, culturais e emocionais para serem interpretados.

(...) o trabalho de interpretação não pode ser visto, apenas, como um trabalho linguístico. É necessário que se considere a esfera cultural e social na qual o discurso está sendo enunciado, sendo, portanto, fundamental, mais do que conhecer a gramática da língua, conhecer o funcionamento da mesma, dos diferentes usos da linguagem nas diferentes esferas de atividade humana. Interpretar envolve conhecimento de mundo, que mobilizado pela cadeia

enunciativa, contribui para a compreensão do que foi dito e em como dizer na língua alvo; saber perceber os sentidos (múltiplos) expressos nos discursos. (LACERDA, 2009, p. 21).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A inclusão de alunos com surdez toma como referência modelos que se dizem “inclusivos”, mas, na verdade, não alteram suas práticas pedagógicas no que se refere às condições de acessibilidade, em especial às relativas às comunicações.

O uso da Língua Brasileira de Sinais (libras) é fundamental, pois vemos que o profissional da interpretação de Libras significa um avanço dentro das políticas educativas inclusivas, uma vez que este profissional representa a concretização de ações que são temporalmente a evolução de uma era de oralidade para o bilinguismo, quando ocorre uma maior naturalidade dos processos de aprendizagem (Dorziar, 2002).

Para que os alunos surdos possam realmente ser incluídos, se faz necessário que todos os alunos tenham acesso a Libras para que se torne possível um diálogo/interação entre os mesmos.

Segundo, SALLES (2004):

“A LIBRAS é adotada de uma gramática constituída a partir de elementos Constitutivos das palavras ou itens lexicais e de um léxico que se estruturam a partir de mecanismos fonológicos, morfológicos, sintáticos e semânticos que apresentam também especificidades, mas seguem também princípios básicos gerais. É adotada também de componentes pragmáticos convencionais codificados no léxico e nas estruturas da LIBRAS e de princípios pragmáticos que permitem a geração de implícitos sentidos metafóricos, ironias e outros significados não literais. A LIBRAS é a língua utilizada pelos surdos que vivem em cidades do Brasil, portanto não é uma língua universal.”

No que se refere ao papel do intérprete de Libras, o mesmo precisa estar inserido na equipe educacional, ficando claro que o aluno surdo não é de sua única e total responsabilidade, pois a mediação dos conteúdos acontece através do professor, e o intérprete traduz/interpreta essa mediação em libras para o aluno surdo. O professor também precisa passar pelo processo de aprendizagem e ter no grupo um contexto diferenciado com a presença de alunos surdos e intérpretes de língua de sinais.

Muitas vezes o professor é quem consulta o intérprete para saber como está o desenvolvimento do aluno, dando a ele uma sobrecarga de trabalhos e confundindo seu papel dentro no processo educacional.

É possível perceber diante o exposto neste trabalho a necessidade de um apoio ao intérprete da língua de sinais, pois sem ela, o aluno surdo se torna incomunicável e não consegue se apropriar dos conhecimentos necessários. Sendo assim, o tradutor da língua é dos aparatos principais para a inclusão do aluno surdo no ensino regular.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar dos avanços realizados no que tange a educação inclusiva, vemos que ainda temos muito a caminhar para de fato alcançar uma excelência que promova ações que sejam de fato inclusivas. Ao se falar especificamente da educação de surdos, vemos que estes processos são valorizados por um sistema legal incipiente, porém eficiente que atua não só na promoção do trabalho do intérprete, mas na valorização da educação que tende a ser cada vez mais social e inclusiva.

Nos caminhos traçados pela legalidade de ações afirmativas para a promoção da inclusão social de estudantes com surdez, vemos que as bases para o apoio desta parcela significativa do corpo pedagógico das instituições de ensino, se encontram firmes, mesmo que o florir de ações ainda precise alcançar a tenra primavera.

Desta forma, este artigo reafirma a importância da inclusão de alunos surdos em sala regular de ensino, bem como que a proposta dessa inclusão não está relacionada apenas as questões da surdez, mas questões de como trabalhar essa inclusão num sentido de que outros caminhos pedagógicos devem ser trilhados para que esses alunos possam vir a constituir-se como um sujeito surdo pertencente a uma sociedade cuja maioria é de ouvintes.

REFERÊNCIAS

BRASIL; Ministério da Educação. **Saberes e Práticas da Inclusão**. Recomendações para Construção de Escolas Inclusivas. Disponível em:

http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/const_escolainclusivas.pdf. Acesso em 28/07/2018

DORZIAR, A. **Concepções de ensino de professores de surdos.** Educação Online. Nº 15. 2002. Disponível em: <http://www.educacaoonline.pro.br>. Acesso em: 28 de Julho de 2018.

LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de. **Intérprete de Libras: em atuação na educação infantil e no ensino fundamental.** Porto Alegre: Mediação/FAPESP, 2009.

LIMA, Waner G. **Política pública: discussão de conceitos.** Interface, Porto Nacional, v. 1, n. 5, p.49-54, 5 out. 2012.

SALLES, Heloisa Maria Moreira Lima; FAULSTICH, Enilde; CARVALHO, Orlene Lúcia; RAMOS, Ana Adelina Lopo. **Ensino de Língua Portuguesa para Surdos, vol. 1 - caminhos para a prática pedagógica, Programa Nacional de Apoio à Educação dos Surdos,** 2004

SKLIAR, C. **A Surdez: um olhar sobre as diferenças.** Porto Alegre: Editora Mediação, 1998.